



X Encontro Brasileiro de Administração Pública.
ISSN: 2594-5688
secretaria@sbap.org.br
Sociedade Brasileira de Administração Pública

Uma assinatura política: revolução, conservadorismo e nacional-estatismo na trajetória do ministro Capanema.

Juliana Amaral Dos Santos, Sergio De Sousa Montalvão

[ARTIGO] GT 14 Estudos teóricos, históricos e comparados em Adm. Pública

Uma assinatura política: revolução, conservadorismo e nacional-estatismo na trajetória do ministro Capanema.

Resumo

Esta pesquisa teve como objeto de estudo a trajetória política de Gustavo Capanema na Era Vargas; em especial, procurou observar o modo como o ministro da Educação e Saúde (1934-1945) aprofundou a reforma modernizadora do aparelho de Estado em diálogo permanente com os setores mais tradicionais da sociedade. Os resultados obtidos desde a criação do Ministério, em novembro de 1930, produziram um aumento da capacidade estatal de coordenar a abertura da escolarização em massa no país. Essa abertura, no entanto, ocorreu nos limites dos compromissos do Estado Nacional com o setor privado, em um processo menos inclusivo e democrático. A partir de uma revisão bibliográfica e da pesquisa documental na legislação, em periódicos e no arquivo pessoal de Gustavo Capanema, o trabalho buscou nas relações do ministro com a oligarquia modernizante de Minas Gerais, os rastros de sentido para a compreensão das suas políticas públicas educacionais.

Palavras-chave: Gustavo Capanema. Políticas educacionais. Modernização conservadora. Nacional-estatismo. Era Vargas.

“Durante todo o Estado Novo, a educação esteve a cargo, primeiro, de Chico Campos, flor da intelectualidade mais caturra de Minas Gerais, e, depois, de outro mineiro, Gustavo Capanema, luminoso como ministro da Cultura, mas terrivelmente atrasado e reacionário como ministro da Educação” (Darcy Ribeiro).

“Estamos predestinados a uma tendência democratizadora não só em política, mas também na vida intelectual e cultural como um todo” (Karl Mannheim).

Introdução

O período aberto pela “revolução de 1930” permitiu, mais uma vez na História do Brasil, combinar perspectivas de mudança e conservação, levando ao paradoxo identificado nos estudos históricos e sociológicos como “estado de compromisso” (FAUSTO, 1970; WEFFORT, 1968), “revolução passiva” (LAHUERTA, 1997; WERNECK VIANNA, 1997), “revolução parcial” (LEVINE, 2001), “revolução das elites” (SKIDMORE, 1975), “modernização” (FAORO, 1992; REZENDE DE CARVALHO, 2001) ou “modernização conservadora” (DOMINGUES, 2002; VANUCCHI, 2021). Este artigo apresenta a trajetória política de Gustavo Capanema por meio dessa “lógica do conservar-mudando” (WERNECK VIANNA, 1997, p. 43), tendo como objetivo entender a sua articulação com as políticas educacionais da sua gestão.

Característica do poder multifacetado da Era Vargas, a carreira do ministro da Educação e Saúde (1934-1945) possui as marcas de um diálogo permanente com os setores mais tradicionais da sociedade, ao mesmo tempo em que aprofunda a reforma modernizadora do aparelho de Estado. Capanema foi o responsável pela execução da reforma administrativa aprovada no início de 1937, com o objetivo de nacionalizar a atuação do governo central nas áreas de sua responsabilidade. Esse processo de

nacionalização da administração pública recebeu, em diferentes gradações, o enquadramento das inovações institucionais do primeiro varguismo (NUNES, 2010).

Os resultados obtidos desde a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), em novembro de 1930, produziram um aumento da capacidade estatal de coordenar, mediante um volume considerável de decretos, a abertura da escolarização em massa no país. Essa abertura, no entanto, ocorreu nos limites dos compromissos do Estado Nacional com os ofertantes privados dos serviços educacionais. Particularmente as instituições católicas de ensino, detentoras da maior parcela das matrículas do ensino privado, além de uma maior influência nos processos decisórios do poder público.

Essas acomodações do público ao privado limitaram o potencial do Estado pós-revolução de 1930 em prover a universalização dos serviços educacionais, do modo como ocorrera nos países mais desenvolvidos do Ocidente. Ainda no século XIX, a universalização do ensino primário foi uma estratégia que esteve na linha de frente da construção das nações modernas. A redução do analfabetismo a números irrelevantes, em um curto prazo, abriu espaços para a cidadania eleitoral e a identidade nacional em países como os Estados Unidos e a França (GUIBERNAU, 1995; LUKACS, 2006).

Completamente desalinhado em relação a essa primeira onda democratizante, o Brasil, apesar de uma efervescente “demanda social por educação” (ROMANELLI, 1986), animada por algumas das personalidades mais relevantes da nascente classe média urbana, ainda era, nas primeiras décadas do século XX, um país de analfabetos. O recenseamento feito em 1906 mostrou 74,6% dos brasileiros desprovidos das habilidades da leitura e da escrita, ou seja, a cada 1.000 habitantes, apenas 254 eram alfabetizados. Nos casos mais extremos estavam os estados do Piauí, com 173 alfabetizados em cada 1.000 habitantes, e da Paraíba, com 168 alfabetizados em cada 1.000 habitantes (BOMENY, 2001, p. 84). Os dados demográficos de 1920 não alterariam esse quadro. Os brasileiros analfabetos ainda somavam 65% da população. Aliás, o analfabetismo, enquanto história inacabada, percorre todo o nosso século XX. A sua presença no ano de 2000 ainda era de 13,6% (BRAGA; MAZZEU, 2017).

No entanto, apesar de toda a estreiteza da ideologia oficial da Primeira República, presa ao seu liberalismo conservador (LYNCH, 2014), mesmo antes da chegada dos “revolucionários de 30” ao poder, era visível a convocação do Estado para resolver os problemas do Brasil-Nação. No campo educacional, muitas iniciativas neste sentido foram tomadas por meio das reformas de abrangência local, que apostaram na inteligência e na capacidade de gestão de alguns jovens promotores do ideário pedagógico moderno,

integrados ao movimento da Escola Nova, detentores de uma visão de mundo laica, individualista, igualitária e favorável ao planejamento racional das políticas públicas.

Apesar de demandarem a organização de um sistema nacional de educação, os reformistas da Primeira República não encontraram estímulo institucional suficiente para cumprir com este objetivo. Os quinze anos da Era Vargas (1930-1945), embora tenham evidenciado um ativismo estatal até então inédito, também reservaram um papel minoritário às concepções educacionais modernas. Estas se viram emparedadas, na montagem do mercado nacional de oportunidades escolares, pelos vínculos orgânicos da elite político-administrativa com os setores mais tradicionais da sociedade.

Com essas proposições iniciais, nossa pesquisa investigou na legislação, nos periódicos da imprensa escrita e no arquivo pessoal de Gustavo Capanema, alguns dos momentos decisivos da ação política do ministro da Educação, desde a revolução de 1930 até o Estado Novo. Pretendeu assim responder a seguinte questão: que peso tiveram as relações do ministro Capanema com os representantes das oligarquias rurais e do clericalismo católico na construção de um formato de educação pública que se mostrou apropriado à reprodução da homogeneidade social das elites dirigentes (e portanto, adequado à lógica do “conservar mudando”), mesmo em um contexto histórico mais amplo de democratização da cultura?

As partes seguintes do artigo tratam da atuação pública de Gustavo Capanema, antes e depois da sua posse como ministro da Educação e Saúde. Começamos pela sua entrada no cerne da política mineira como chefe de gabinete de Olegário Maciel, pouco antes da revolução, acompanhando a sua presença nas disputas e controvérsias que caracterizaram a errática participação de Minas na política da República Nova (1930-1934). Em seguida, iremos nos deter na sua cumplicidade com o papel estabilizador da Igreja Católica na consecução do projeto de reconstrução nacional da Era Vargas. Por último, mas não menos importante, concluimos o texto procurando entender como o nacional-estatismo do Estado Novo implicou em uma modernização conservadora das políticas setoriais de educação.

Na política do conservar mudando

O apoio de uma fração relevante da elite política mineira aos candidatos da Aliança Liberal, desde as primeiras articulações com vistas às eleições presidenciais de 1930, permitiu a aquisição de uma reserva de poder na montagem do ministério da revolução. Essa reserva foi materializada pela entrada de Afrânio de Melo Franco nas

Relações Exteriores e de Francisco Campos na Educação e Saúde Pública. No caso da pasta ocupada inicialmente por Campos, a preeminência de Minas se manteve intacta por toda a Era Vargas.

A relação de Minas Gerais com o governo revolucionário de Getúlio Vargas também se caracterizou pela excepcionalidade da manutenção de Olegário Dias Maciel no Palácio da Liberdade. Embora a revolução de 1930 procurasse romper com o federalismo da Primeira República, controlando a política dos estados com a introdução de interventores indicados pelo poder central, o chefe do Executivo mineiro não sofreu esse constrangimento. Uma rápida visada na sua biografia política irá nos ajudar a localizar a posição de entrada de Gustavo Capanema no intrincado jogo de forças entre os diversos setores dessa oligarquia.

Detentor de uma longa trajetória na vida pública, desde a época do Império, quando foi eleito pela primeira vez, em 1880, para o cargo de deputado provincial em Minas Gerais pelo Partido Liberal, Olegário Maciel obteve cinco mandatos consecutivos na Câmara dos Deputados pelo Partido Republicano Mineiro (PRM). Atuante na política mineira da década de 1920, como vice-presidente, presidente em exercício durante o afastamento de Raul Soares e senador estadual, com a crise em torno da sucessão de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, teve o seu nome colocado como “fórmula conciliadora” perante o racha do PRM na escolha do novo presidente de Minas. Eleito, representou naquele momento a força do “carlismo” sobre os demais grupos políticos locais. Em meio à crise final da Primeira República, teve um papel relevante na insurreição armada contra Washington Luís e o continuísmo paulista (BRANDI, 2001a).

Relações familiares, mesmo que distantes, favoreceram a entrada de Gustavo Capanema no governo de Olegário Maciel e, conseqüentemente, no grupo político do situacionismo mineiro que apoiou a revolução. Quando recebeu o convite, aos trinta anos de idade, ele ocupava uma das cadeiras de vereador na Câmara Municipal de Pitangui, sua cidade de origem, para a qual voltara após concluir os estudos superiores em Direito na capital mineira (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 1984; BRANDI, 2001 b). A notícia rapidamente circulou nos meios locais. Colocou a cidade em festa. Rendeu homenagens dos representantes do fórum e da escola pública, onde Capanema exerceu a advocacia e o magistério até ingressar em definitivo na carreira política.

As muitas congratulações pelo convite para chefiar o gabinete do presidente de Minas, encontradas em seu arquivo pessoal, revelam formas de sociabilidade e a mentalidade conservadora dos seus interlocutores. Um dos registros mais significativos

está contido no discurso que Onofre Mendes Júnior, advogado e diretor do grupo escolar de Pitangui, preparou para ser lido durante o banquete oferecido em homenagem a Capanema, na noite de 30 de agosto de 1930. Com o objetivo de reverenciar o homenageado, o discurso do professor Onofre exaltava a inteligência como protagonista da história, deixando transparecer a sua visão meritocrática e ultra elitista das relações humanas. Realidade que nem mesmo os modernos regimes democráticos conseguiriam modificar:

Esse prestígio da inteligência força-nos à conclusão de que qualquer que seja a forma de governo sob o qual viva o povo, havemos de encontrar sempre em seu seio uma aristocracia. A afirmativa poderia parecer paradoxal, principalmente feita numa hora em que os tronos não passam de figuras decorativas, se se pudesse conceber outra aristocracia, senão a do pensamento, outra nobreza, senão a do talento, outra fidalguia senão a da inteligência.¹

Revelador das concepções sociais que circulavam entre a pequena elite letrada de Pitangui, esse discurso mostra as suas resistências quanto à democratização da cultura. Filho de uma tradicional família daquela cidade, Capanema esteve exposto a elas. Mesmo vivendo em Belo Horizonte desde quando estudante do Colégio Arnaldo² até o fim do bacharelado, tempo em que se integrou ao grupo dos intelectuais modernistas da Rua da Bahia, não é possível afirmar que essa nova experiência urbana tivesse proporcionado uma ruptura em relação ao que havia de mais provinciano e conservador no homem público que emerge com a revolução. Aliás, essa combinação de provincianismo e cosmopolitismo, mediada por uma racionalidade capaz de arquitetar as relações entre a tradição e modernidade, é o que daria sentido à “mineiridade” no século XX (BOMENY, 1994).

Para compreender como Gustavo Capanema articulou a sua assinatura política nessa atmosfera de mineiridade, procuramos mostrar, mesmo que de forma resumida e esquemática, as relações do futuro ministro da Educação de Getúlio Vargas com a oligarquia modernizante de Minas da Primeira República. É perfeitamente conhecido da

¹ As homenagens de Pitangui ao Dr. Gustavo Capanema pela sua escolha para oficial de gabinete do presidente do Estado. Discurso de Onofre Mendes Júnior. Disponível em https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ARQ_GC_E&id=1539307569484&pagfis=4788 [Acesso em 10.06.2022].

² Inaugurado na capital mineira em 1912, o Colégio Arnaldo era dirigido por padres da Congregação do Verbo Divino, os verbistas. Fundada em 1875 pelo missionário alemão Arnaldo Janssen, a partir de então, a ordem obteve presença em todos os continentes, com destaque para o trabalho educativo e a criação de instituições de ensino. Enquanto estudante do Colégio Arnaldo, Capanema iniciou a montagem da sua rede de amizades, fundamental para o futuro ingresso nos campos intelectual e político. Entre os seus contemporâneos estivera Carlos Drummond de Andrade, com quem estabeleceu uma longa relação profissional, tanto em Minas como no Rio de Janeiro (BADARÓ, 2000).

historiografia que esta oligarquia, na gestão de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, dedicou esforços ao investimento em educação (OLIVEIRA; CARVALHO, 2014). Foram executados projetos como as reformas do ensino primário, do ensino normal e a abertura de uma universidade estadual (GONÇALVES NETO; CARVALHO, 2019). Essas iniciativas, diferentemente das encontradas em outras unidades da federação, como o Ceará (reforma Lourenço Filho, 1922) e o Distrito Federal (reforma Fernando Azevedo, 1928), não estiveram a cargo de especialistas em assuntos pedagógicos, sendo conduzidas por Francisco Campos, um dos rebentos mais notáveis do patronato político mineiro.

Percebe-se então que, ao final da década de 1920, uma parcela da elite política-administrativa de Minas Gerais, ainda que de forma seletiva e contraditória, admitia a necessidade de fortalecer os vínculos do Estado com a cidadania educacional. Mesmo assim, apesar da educação ter transitado nos seus projetos modernizadores, enquanto meio de acesso das massas aos fundamentos cognitivos da era industrial em ebulição, não é simples afirmar que esse trânsito estivesse orientado por uma tentativa de democratização pela escola. Consequentemente, podemos considerar como hipótese que é por meio dessa limitada inclusão do povo na oferta dos serviços públicos basilares ao incremento de uma comunidade nacional que se constitui a gênese da política do conservar mudando. Conforme veremos nos próximos parágrafos, a atuação de Gustavo Capanema enquanto uma das peças decisivas da aliança entre Minas e o governo revolucionário permitiu fazer avançar essa política.

Minas e a revolução

A necessidade de conciliação em Minas Gerais (BOMENY, 1980), logo após a revolução, resultou do fato de que embora os situacionistas de Antônio Carlos e Olegário estivessem alinhados ao candidato da Aliança Liberal, contra a eleição de Júlio Prestes, uma parcela não desprezível dos políticos mineiros se opôs aos aliancistas e esteve reunida em torno da Concentração Conservadora de Fernando Melo Viana (então vice-presidente da República). Soma-se a essa primeira ferida, a atuação de Arthur Bernardes na queda de Washington Luís, que o permitiu continuar influenciando uma parte do PRM após 1930. Isso acabaria incomodando a ala tenentista dos revolucionários, ainda com a

memória da repressão impingida pelo ex-presidente sobre os movimentos contestatórios da década anterior.³

O esforço de isolar o bernardismo motivou uma reforma administrativa no início do governo de Olegário Maciel, que levaria Gustavo Capanema a sair da posição de chefe de gabinete do presidente de Minas para substituir Cristiano Machado na secretaria de Interior e Justiça. Em paralelo, no Rio de Janeiro, Francisco Campos era feito ministro da Educação e Saúde Pública por Getúlio Vargas, atuando não apenas na proposição de reformas em suas áreas específicas, mas também na articulação política do novo governo.

Essas seriam as condições para o início da “dobradinha” Campos-Capanema, nem sempre pacífica, porém suficiente no desenlace de uma política de mobilização cívico-partidária, como a da Legião de Outubro, conhecida localmente em Minas Gerais como Legião Liberal (ou Legião Revolucionária) Mineira.⁴

Coordenado nacionalmente pelo ministro Osvaldo Aranha, esse partido de “novo tipo” contava com um projeto modernizador de escopo nacional-estatista e características ideológicas autoritárias. Essa ala mais radical da revolução, mobilizada em torno do Clube 3 de outubro, ensaiou um enfrentamento com o poder oligárquico até a reconstitucionalização de 1934 (FORJAZ, 1988). Na efetivação da Legião Mineira, o tenentismo civil contava com o controle exercido por Gustavo Capanema sobre as forças

³ Dentro da heterogênea composição das forças revolucionárias, os tenentes defendiam a centralização a fim de descartar a ordem liberal-oligárquica, cuja moldura institucional se situava no federalismo da Constituição de 1891. Desta feita, após a derrubada de Washington Luís, eles procuraram uma maneira de interferir na política mineira, para livrá-la da influência dos “carcomidos da República Velha”. Nesse intento, obtiveram o apoio dos aliancistas mais exaltados, também conhecidos como “tenentes civis”: Batista Luzardo, Carlos de Lima Cavalcanti, José Américo de Almeida, Osvaldo Aranha, Pedro Ernesto e Virgílio Mello Franco (FORJAZ, 2015). Imbuídos de uma perspectiva em que se mesclavam a pregação moralista e um ideário modernizante, esses novos radicais da República denunciavam a corrupção dos costumes políticos, identificada à fraude eleitoral e ao descalabro administrativo, contra o que diziam apelar, até mesmo, às armas. Estavam, a princípio, dispostos a destruir a estrutura partidária regionalizada, favorecendo um projeto de nacionalização do poder, por meio dos instrumentos coercitivos do Estado, da montagem de um novo aparato administrativo e da entrega de direitos sociais e trabalhistas aos cidadãos. A prática, porém, revelaria as muitas contradições desse bloco.

⁴ Assinado por Francisco Campos, Gustavo Capanema e Amaro Lanari (então secretário de finanças de Minas Gerais), o manifesto da Legião Mineira foi lançado em meio a uma grande manifestação comemorativa do feriado de Tiradentes, reunindo 15.000 milicianos na cidade de Belo Horizonte, em 21 de abril de 1931. O documento apelava para uma técnica de ação do tipo nós contra eles, afirmando ter a “dupla finalidade” de “defender a revolução brasileira” e “combater contra todos os seus inimigos”. Eram enquadrados na lista dos inimigos da revolução: 1) “os inimigos oriundos do velho regime (os governantes depositos, aderentes hipócritas e os viciados e corruptos de toda a espécie)”, 2) “os inimigos existentes no seio da própria revolução (os revolucionários sem convicção e os revolucionários preguiçosos ou ascéticos)” e 3) “os inimigos externos (todos os propagandistas, pregoeiros e apóstolos de doutrinas políticas exóticas e inaplicáveis para a solução dos problemas brasileiros)”. A Legião de Outubro em Minas. Como falou em Belo Horizonte o sr. Francisco Campos. *Correio da Manhã*, 23.04.1931, p. 2. A parada da Legião em Minas. *Diário de Notícias*, 22.04.1931, p. 3.

estaduais de segurança e a política municipal. Isso facilitaria o *modus operandi* da organização, em suas ações de força e de cooptação. No entanto, muitas expectativas seriam frustradas pelo secretário do Interior de Minas Gerais, na medida em que ele procurou incorporar o que ainda restava do PRM ao bloco legionário.

Essa tentativa de unir o novo e o velho foi logo criticada pela coordenação nacional do movimento (CALLICHIO, 2001). Por outro lado, em represália a essa mesma linha de ação, os bernardistas protagonizaram uma tentativa de golpe contra Olegário Maciel, na jornada de 18 de agosto de 1931. Embora rapidamente inibida, essa turbulência no nascedouro da Segunda República evidenciava as dificuldades da conciliação como instrumento de controle.⁵

Pouco tempo depois, a força da campanha pela reconstitucionalização ressaltou ainda mais a precariedade do apoio ao governo Vargas. O descontentamento uniu gaúchos e paulistas em torno de frentes únicas locais, evidenciando a necessidade do diálogo com Minas. Perante esse quadro, foram muitos os esforços para selar o “acordo mineiro”.

A historiografia indica que a primeira tentativa veio com a criação do Partido Social Nacionalista (PSN). Pensado como instrumento de integração dos mineiros ao poder central, o partido se viu natimorto em meio às disputas pelos rumos da política estadual, particularmente quanto à decisão de apoiar ou não a causa constitucionalista. A segunda tentativa, feita após a derrota de São Paulo na guerra civil de 1932, teria um perfil mais orgânico, desaguando no Partido Progressista (PP). Controlado pelos tradicionais aliados de Vargas, o novo partido isolou de vez o PRM, ressentido com a saída de Arthur Bernardes do país, depois de ter apoiado abertamente os paulistas.

Conforme assinalou a socióloga Helena Bomeny (1980, p. 172), o PP “baseara-se nos fundamentos de uma proposta centralista, sendo composto por elementos oriundos da ordem oligárquica”. Assim, pode-se concluir que a lealdade dos mineiros ao poder central só poderia ocorrer caso não fosse anulada a cultura política da República que a revolução derrubou. Essa afirmativa fica patente no caso da ação política de Gustavo Capanema. Mesmo sendo ele uma peça fundamental nos acordos acima mencionados, favoráveis à “estratégia de conciliação” do primeiro varguismo, não podemos deixar de concordar com a historiadora Flávia Ferro quando diz que:

Se Virgílio de Mello Franco era, mesmo que ligado ao grupo oligárquico tradicional, representante dos reformistas, Gustavo Capanema foi o inverso.

⁵ O frustrado assalto do Bernardismo ao governo de Minas. *Correio da Manhã*, 20.08.1931, p. 1 e 6.

Ele era ligado às forças reformistas, mas consistia em representante das forças oligárquicas tradicionais (FERRO, 2015, p. 71).

O domínio dos hábitos de negociação da antiga classe dominante proporcionou a Capanema transitar entre o novo e o velho Brasil que a revolução havia confrontado. Essa habilidade o levaria a ser escolhido para as funções políticas mais relevantes. Com a morte de Olegário Maciel, em setembro de 1933, ele ocupou interinamente a interventoria mineira até a entrada de Benedito Valadares. Essa escolha inesperada, pois a disputa orbitava entre Capanema e Virgílio, foi feita para que Vargas obtivesse de vez o controle político sobre Minas Gerais.⁶

O retorno da política parlamentar valorizaria ainda mais a capacidade de diálogo de Gustavo Capanema. A “estratégia da conciliação” estava em alta naquele momento, quando Getúlio recorreu a ela para acomodar os interesses que o levariam a continuar na presidência da República. Pertencente aos quadros do PP, Capanema apoiou a eleição de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada à presidência da Assembleia Nacional Constituinte. Havia espaço naquele momento para se recolocar o federalismo no centro das instituições políticas brasileiras. Com isso, o ministério empossado por Vargas em julho de 1934 seria determinado pela lógica dos partidos regionais. Entre os ministros civis do período constitucional estiveram dois mineiros: Gustavo Capanema (Educação e Saúde) e Odilon Braga (Agricultura). Os paulistas foram representados por Vicente Rao (Justiça) e José Carlos Macedo Soares (Relações Exteriores), Pernambuco por Agamenon Magalhães (Trabalho, Indústria e Comércio), a Bahia por João Marques dos Reis (Viação e Obras Públicas) e o Rio Grande do Sul por Arthur de Souza Costa (Fazenda).

Embora fosse um componente relevante, a chegada de Capanema à posição de ministro de Estado não esteve relacionada apenas à distribuição do poder entre as oligarquias regionais, mas, como veremos a seguir, à sua cumplicidade com as diretrizes da reconstrução nacional em bases conservadoras.

⁶ Podemos concluir pelas memórias de Benedito Valadares, que Vargas procurou com essa escolha não desagradar os grupos em disputa pela interventoria mineira, distanciando-se deles para suportar o projeto centralista ao qual se dedicava: “Não posso nomear o Gustavo Capanema nem o Virgílio de Melo Franco interventor em Minas Gerais. Se nomeio o Capanema, descontento o Osvaldo, o Afrânio, que pode pedir exoneração do ministério; se nomeio o Virgílio, desagrado ao Flores. De maneira que resolvi nomear outro interventor e o senhor vai prestar-me auxílio, dando informações sobre os políticos mineiros” (VALADARES, 1966, pp. 46-47).

Destruição regenerativa

A passagem de Francisco Campos pela secretaria de Interior e Justiça do presidente Antônio Carlos permitiu, ao lado da introdução de metodologias orientadas pelo moderno processo de aprendizagem, centrado no desenvolvimento das competências capazes de proporcionar autonomia aos estudantes, uma aproximação do Estado com a Igreja Católica, em rompimento com a cultura política predominantemente laica das elites políticas republicanas. Essa virada espiritualista, que permitiu o “ensino do catecismo nas escolas mantidas pelo governo estadual, uma vez por semana, dentro do horário normal de aulas” (CUNHA, 2007, p. 288), se estenderia posteriormente ao governo central, fazendo parte da estratégia de legitimidade popular da revolução de 1930.

O ponto alto dessa estratégia foi o decreto 19.941, de 30 de abril de 1931. Nele ficou estabelecido o ensino religioso facultativo em todos os estabelecimentos de ensino primário, secundário e normal. Para efetivá-lo, era necessário um mínimo de vinte estudantes com o propósito de receber esse tipo de instrução em um determinado culto. Criava-se assim um monopólio virtual para o ensino da religião católica, atingindo de modo expressivo a população em idade escolar. No prisma revolucionário, a aproximação com a Igreja Católica era tratada em um viés estratégico. Francisco Campos procurou extrair dela a força do conservadorismo moral sobre as massas. Em discurso aos legionários mineiros, o ministro da Educação afirmou: “A Igreja não é para nós tema ou motivo literário ou político, mas ação e combate”.⁷

Como vimos na seção anterior, os legionários pertenciam à ala mais radical da revolução. No entanto, esses mesmos radicais, em sua procura pela legitimidade popular, criaram um efeito de destruição regenerativa. Ou seja: ao apoiarem a ditadura de Getúlio Vargas, no começo dos anos trinta, contra as instituições liberais da República Velha, ao mesmo tempo em que acolhiam a religiosidade católica no corpo do Estado, iniciaram um processo de sacralização da política. Esse processo acompanhou toda a democratização da sociedade brasileira pós-1930, sendo, esta, uma democratização autoritária, colocada à direita do espectro ideológico. Nesse contexto, em pouco tempo, o ministério da Educação passou a ser o lugar de construção de uma rede colaborativa envolvida na regeneração espiritual da República.

⁷ A Legião de Outubro em Minas. Como falou em Belo Horizonte o sr. Francisco Campos. *Correio da Manhã*, 23.04.1931, p.2.

Desde a década de 1920, a cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, sediou um forte movimento de recatolização do país, reunindo a intelectualidade conservadora em torno de projetos como a revista *A Ordem*, dirigida inicialmente por Jackson de Figueiredo e, após o seu falecimento, por Alceu Amoroso Lima. Os católicos entraram em todos os debates possíveis, ocupando os mais variados espaços da esfera pública. Com o apoio do cardeal Sebastião Leme à revolução, tendo sido o arcebispo do Rio quem acompanhou o presidente deposto em outubro de 1930 na sua saída do Palácio do Catete, foi possível fechar os acordos que permitiram construir a estátua do Cristo redentor e coroar Nossa Senhora da Conceição Aparecida como padroeira do Brasil (MOURA, 2012).

Esse ímpeto restaurador se mostrou favorável às inovações institucionais do primeiro varguismo, defendendo o governo autoritário e a tese corporativista. No período constitucional, a Liga Eleitoral Católica (LEC) e a Ação Católica Brasileira (ACB) influenciaram a sociedade civil e os meios políticos. Em toda a Era Vargas, os católicos disputaram com vantagem a hegemonia sobre o Estado na elaboração das políticas públicas de educação. Desse modo, inibiram o investimento na expansão da rede pública escolar, mantendo a rotineira estrutura de oferta na qual se faziam presentes.

Mesmo que a crescente burocratização dos anos trinta tivesse introduzido expedientes racionalizadores, e permitido a entrada parcial dos renovadores na administração pública (cabendo-os atuar em órgãos como o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - INEP, dirigido nos seus primeiros anos por Lourenço Filho), pouco se fez nesse período em termos da disseminação de uma escola para todos. Foi gritante a ausência de um sistema favorável à renovação dos métodos de ensino, à administração escolar em bases científicas, à gratuidade dos serviços escolares e à co-educação. É, entretanto, inegável que a educação tenha se tornado uma das prioridades do Estado, no seu esforço de moldar o caráter nacional brasileiro.

Nacional-estatismo e a modernização conservadora na educação

Estando à frente do ministério da Educação desde julho de 1934, Gustavo Capanema foi o responsável pela gestão da reforma administrativa que nacionalizou as suas atividades e pelas reformas educacionais que ficariam como referência por décadas. A sua assinatura esteve de acordo com o rápido declínio do constitucionalismo liberal, inviabilizado nos excessos autoritários que sucederam os levantes comunistas de 1935 (LEVINE, 1980). Uma outra ordem seria instalada com o autogolpe de Getúlio e a

Constituição de novembro de 1937. Nesse novo ambiente institucional, homens do porte de Capanema cumpririam papéis decisivos como *statemakers*. Neste sentido, a contribuição do ministro no tocante à educação e à cultura foi comparável, política e intelectualmente, a de Oliveira Vianna na reorganização do mundo do trabalho (BRASIL JR., 2010; GOMES, 2009).

A reestruturação do ministério dirigido por Gustavo Capanema, mesmo que iniciada pouco antes do Estado Novo, pertence a esse quadro de mudanças. Em decorrência da Lei N° 378, de 13 de janeiro de 1937, esse aparato burocrático teve as suas capacidades aumentadas, de modo a fazê-lo atuar dentro do escopo nacional-estatista. Para cumprir com esse objetivo, foram redefinidas atribuições e aumentado o número de diretorias, departamentos e divisões. As inovações incluíram a instalação de oito delegacias regionais, com propósitos regulatórios e fiscalizatórios. Foi dado um salto considerável em relação aos decretos que criaram e organizaram o MESP no governo provisório, a partir dos departamentos de educação e saúde, até então subordinados ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores (CAMARGO, 2015).

Apesar do gigantismo adquirido pela máquina pública, na tentativa de compatibilizá-la com a extensão territorial brasileira, as ações do Ministério da Educação continuavam em ritmo lento e o alcance das suas decisões custava a se irradiar para além dos maiores centros urbanos (PESSOA, 2013). De modo semelhante ao conjunto do aparato administrativo do Estado Novo, salvo algumas exceções, esse ministério não cumpriu com a intenção geral do processo de burocratização enquanto “esforço sistemático de superação do patrimonialismo” (LUSTOSA DA COSTA, 2008, p. 846). O que deu margem à (ou foi sustentado pela) sobreposição das “gramáticas políticas”, antigas e recentes, em convívio na Era Vargas: clientelismo, corporativismo e universalismo de procedimentos (NUNES, 2010).

Esses problemas resultaram do próprio histórico do ministro da Educação e do peso das suas relações com o sistema oligárquico em decomposição. Embora seja na maior parte das vezes lembrado pelo modo arrojado com que liderou a entrada do Estado no campo da cultura (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 1984; BADARÓ, 2001), não podemos esquecer que os “tempos de Capanema” foram comprometidos com a agenda clerical-conservadora, como ocorrera no caso do fechamento da Universidade do Distrito Federal - UDF (GALVÃO, 2017), da sustentação do latim na formação dos estudantes secundaristas (SANTOS SOBRINHO, 2013; SOUZA, 2009) e do

aprofundamento do dualismo entre o ensino secundário e profissionalizante causado pela reforma de 1942 (NUNES, 2000; MONTALVÃO, 2021).

Em resumo, a destruição regenerativa provocada pela revolução de 1930, ao acolher a estrutura da organização católica no corpo do Estado modernizador, comprometeu de modo incurável a sua subjetividade. Neste sentido, não se pode perder de vista que o principal artífice do pacto Estado-Igreja, ao transitar do Ministério da Educação para o da Justiça, também foi o autor quase solitário da Constituição de 1937. Nela, ficou determinado que:

“A educação integral da prole é o primeiro dever e o direito natural dos pais. O Estado não será estranho a esse dever, colaborando, de maneira principal ou subsidiária, para facilitar a sua execução ou suprir as deficiências e lacunas da educação particular” (BRASIL, 1937b.).

“À infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionaes” (BRASIL, 1937b.).

Consequentemente, um balanço das políticas públicas de educação dos onze anos da gestão Capanema (em parte, uma continuidade das reformas implementadas por Francisco Campos) não pode deixar de considerar essas mudanças no arcabouço institucional. Em especial, a saída de uma Constituição democrática que previa (embora de forma ambígua) a educação como direito de todos (devendo ser ministrada pela família e pelos poderes públicos) para uma situação muito mais restrita, em que o Estado detinha apenas um papel complementar, de reprodução das elites.

Além disso, devemos recordar mais uma vez que as orientações mais progressistas foram banidas do campo educacional, restando apenas uma participação formalista no âmbito da administração pública. Portanto, apesar da explosão da cultura de massas no mercado do entretenimento, que fez da Era Vargas também a era do rádio, a história da educação nesse período esteve na contramão daquilo que Mannheim definiu como o “desenvolvimento dos padrões democráticos de pensamento e conduta” (1973, p. 195). É neste sentido que a expansão nacional-estatista da educação pode ser compreendida como uma experiência de modernização conservadora.

Considerações finais

Procuramos mostrar no decorrer deste artigo que o predomínio mineiro sobre o Ministério da Educação transferiu para o governo central a política do conservar

mudando, cultivada desde a Primeira República por uma oligarquia modernizante. Observado por esse ângulo, estudamos o desabrochar do Brasil contemporâneo como um fenômeno de modernização conservadora.

Escolhendo Gustavo Capanema como personagem de referência, acompanhamos sua trajetória de 1930 a 1945, considerando-a uma síntese das tensões políticas e sociais da Era Vargas. Jovem de trinta anos, após um período de socialização e aprendizado das competências cabíveis à prática da administração pública na faculdade de Direito de Minas Gerais, Capanema foi convidado a fazer parte do governo de Olegário Maciel, não mais se separando das funções relevantes ao poder até completar o último mandato como senador (1971-1979) no partido que apoiava a ditadura. Essa longeva participação na vida pública foi sempre marcada por uma atitude circunspecta, própria a um homem de ideias e convicções muito sólidas.

Sucessor de Francisco Campos (1930-1932) e Washington Pires (1932-1934) naquele que foi um dos ministérios mais emblemáticos da revolução de 30, Capanema recebeu uma herança legislativa e de acordos políticos com a qual teria que dialogar, mesmo iniciando o período ministerial sob a égide de uma nova Constituição. Essa herança carregava o pacto Estado-Igreja, iniciado em Minas e depois expandido nacionalmente. Com isso, as políticas públicas de educação, mesmo enquanto se fortaleciam as estruturas burocráticas, foram esvaziadas de um sentido mais inclusivo e democrático. Fiel às mudanças de rumo da política varguista, embora pertencesse à geração dos modernistas mineiros, Capanema não fez predominar o moderno sobre a educação. No Estado Novo, suas políticas acompanharam a letra da Constituição de 1937. Estiveram orientadas para atender as forças mais conservadoras da sociedade civil, pautadas pelas suas concepções de família, cidadania, nação e ordem pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BADARÓ, Murilo. **Gustavo Capanema**: a revolução na cultura. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BOMENY, Helena. A estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política dos anos 30. In: GOMES, Ângela de Castro (Coord.). **Regionalismo e centralização política** - Partidos e Constituinte nos anos trinta. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980, pp. 133-235.

BOMENY, Helena. **Guardiães da razão**. Modernistas mineiros. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Tempo Brasileiro, 1994.

BOMENY, Helena. **Darcy Ribeiro**: sociologia de um indisciplinado. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

BRAGA, Ana Carolina; MAZZEU, Francisco. O analfabetismo no Brasil: lições da história. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, v. 21, n. p. 24-46, 2017. Disponível em <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9986> [Acesso em 10/05/2022].

BRANDI, Paulo. Olegário Maciel. In. ABREU, Alzira Alves et alli (Orgs.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB)**, 2ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001a. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/olegario-dias-maciel> [Acesso em 20/06/2022].

BRANDI, Paulo. Gustavo Capanema. In. ABREU, Alzira Alves et alli (Orgs.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB)**, 2ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001b. Disponível em <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gustavo-capanema-filho> [Acesso em 10/07/2022].

BRASIL. Presidência da República. Decreto-lei Nº 19.941, de 30 de abril de 1931. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19941-30-abril-1931-518529-publicacaooriginal-1-pe.html> [Acesso em 30/10/2022].

BRASIL. CONSTITUIÇÃO da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html> [Acesso em 05/03/2023].

BRASIL. Presidência da República. Lei Nº 378, de 13 de janeiro de 1937 (a). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/10378.htm [Acesso em 03/11/2022].

BRASIL. CONSTITUIÇÃO dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937 (b). Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pl.html> [Acesso em 05/03/2023].

BRASIL JR., Antônio. O. Intelectuais e *statemakers*: Oliveira Vianna, Evaristo de Moraes Filho e a ação coletiva no Brasil. **Estudos Históricos** [online]. 2010, vol.23, n.46, pp.301-320. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862010000200005&lng=pt&nrm=iso [Acesso em 17/09/2022].

CALICCHIO, Vera. Legião Liberal Mineira. In. ABREU, Alzira Alves et alli (Orgs.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB)**, 2ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/legiao-liberal-mineira> [Acesso em 28/08/2022].

CAMARGO, Angélica Ricci. **Ministério da Justiça e Negócios Interiores: um percurso republicano (1891-1934)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015. Disponível em : http://arquivonacional.gov.br/images/virtuemart/product/Ministerio_justica_negocios_interiores.pdf [Acesso em 29/11/2022].

CUNHA, Luís Antônio. Sintonia oscilante: religião, moral e civismo no Brasil – 1931/1997. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.37, n.131, Mai/Aug. 2007. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000200004 [Acesso em 10/09/2022].

DOMINGUES, José Maurício. A dialética da modernização conservadora e a nova história do Brasil. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, 2002, pp. 459-482. Disponível em <https://www.scielo.br/j/dados/a/hxj8myMGhFkpQtRKk8xwyZj/?format=pdf&lang=pt> [Acesso em 22/03/2022]

FAORO, Raymundo. Questão nacional: modernização. **Estudos Avançados**, 6(14), p. 7-22, 1992. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9563/11132> [Acesso em 28.03.2022].

FAUSTO, Bóris. **A Revolução de 1930: história e historiografia**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

FERRO, Flávia Salles. **Virgílio Mello Franco: trajetória política em contexto de mudanças**. Niterói, Universidade Federal Fluminense (Dissertação de Mestrado em História), 2015. Disponível em <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1894.pdf> [Acesso em 17/08/2022].

FORJAZ, Maria Cecília S. **Tenentismo e forças armadas na revolução de 30**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

FORJAZ, Maria Cecília S. Tenentismo. In. ABREU, Alzira Alves de; CARNEIRO, José Alan Dias (Orgs). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro da Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/TENENTISMO.pdf> [Acesso em 09.08.2022].

GALVÃO, Laila Maia. **Constituição, educação e democracia: a Universidade do Distrito Federal (1935-1939) e as transformações da Era Vargas**. Brasília: Universidade de Brasília (Tese de Doutorado em Direito), 2017.

GOMES, Ângela de Castro. Oliveira Vianna: um *statemaker* na alameda São Boaventura. In. BOTELHO, André e SCHWARCZ, Lilia. **Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2009, pp. 144-159.

GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique (Coords.). **História da Educação em Minas Gerais: da Colônia à República**, volume 3 (República). Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2019. Disponível em

<https://livrosabertos.fae.ufmg.br/index.php/produto/historia-da-educacao-em-minas-gerais-da-colonia-a-republica-volume-3/> [Acesso em 20/08/2022].

GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In. LORENZO, Helena Carvalho de & COSTA, Wilma Peres da (Orgs.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Editora UNESP, 1997, pp. 93-114.

LEVINE, Robert. **O regime de Vargas: os anos críticos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

LEVINE, Robert. **Pai dos pobres? O Brasil e a Era Vargas**. São Paulo: 2001.

LUKACS, John. **Uma nova República**. História dos Estados Unidos no século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

LUSTOSA DA COSTA, Frederico. 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. **Revista de Administração Pública (RAP)**, 42 (5), 2008. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rap/a/DxgBXcJLnFHVxsqPbgCWckQ/abstract/?lang=pt#> [Acesso em 16.12.2022].

LYNCH, Christian Edward Cyril. **Da monarquia à oligarquia**. História institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930). São Paulo: Alameda, 2014.

MANNHEIM, Karl. **Sociologia da cultura**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

MONTALVÃO, Sérgio de Sousa. Gustavo Capanema e o ensino secundário no Brasil: a invenção de um legado. **História da Educação** (online), v. 25, 2021. Disponível em <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/108349/pdf> [Acesso em 28.02.2023].

MOURA, Carlos André Silva de. “Restaurar todas as coisas em Cristo”: Dom Sebastião Leme e os diálogos com os intelectuais durante o movimento de recatolização no Brasil (1916-1942). In. RODRIGUES, Cândido Moreira; PAULA, Christiane Jalles de (Orgs.). **Intelectuais e militância católica no Brasil**. Cuiabá: EDUFMT, 2012, pp. 14-44.

NUNES, Clarice. O “velho” e “bom” ensino secundário: momentos decisivos. **Revista Brasileira de Educação** [online], n. 14, pp. 35-60, 2000. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/pY5CvzLSCLPRNy7XpZ7x6WR/abstract/?lang=pt> [Acesso 25/02/2023].

NUNES, Edson de Oliveira. **Gramática política do Brasil: clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático**, 4ª edição. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

OLIVEIRA, Priscila. F.; CARVALHO, Carlos. Henrique. Educação e modernização em Minas Gerais: propostas reformistas na ação conservadora. **História da Educação** (online). Porto Alegre, v. 18, n. 42, jan/abr 2014, pp. 131-150. Disponível em

<https://www.scielo.br/j/heduc/a/35ScPFRcRRPQDRRHnYfjP3s/?lang=pt> [Acesso em 10/08/2022].

PESSOA, Eneuton. O Leviatã em ação: gestão e servidores públicos no Brasil – de 1930 aos dias atuais. In. CARDOSO JR., J.C e BERCOVICI, G. (Orgs). **República, democracia e desenvolvimento**: contribuições ao Estado brasileiro contemporâneo. Brasília: IPEA, 2013, pp. 165-208. Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2301/1/Livro_Republica_democracia_e_desenvolvimento-contribui%C3%A7%C3%B5es_ao_Estado_brasile

REZENDE DE CARVALHO, Maria Alice. A crise e a refundação republicana, em 1930. In. REZENDE DE CARVALHO, Maria Alice. **República no Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.

RIBEIRO, Darcy. **Confissões**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ROMANELLI, Otaíza. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**, 8ª edição. Petrópolis: Vozes, 1986.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena e COSTA, Wanda. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra/EDUSP, 1984.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Getúlio a Castelo, 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

SANTOS SOBRINHO, José Amarante. O Latim no Brasil da primeira metade do século XX: entre leis, discursos e disputas, uma disciplina em permanência. **Phaos- Revista de Estudos Clássicos**, 2013 (13), pp. 39-63. Disponível em <https://revistas.iel.unicamp.br/index.php/phaos/article/view/4597> [Acesso em 04/01/2023].

SOUZA, Rosa Fátima de. A renovação do currículo do ensino secundário no Brasil: as últimas batalhas do humanismo (1920-1960). **Currículo sem fronteiras**, v. 9, n. 1, pp. 72-90, jan-jun, 2009. Disponível em <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss1articles/4-souza.pdf> [Acesso em 04/01/2023].

VALADARES, Benedito. **Tempos idos e vividos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

VANUCCHI, Marco Aurélio. Revolução de 1930 e modernização conservadora. In. VANUCCHI, Marco Aurélio e ABREU, Luciano Aronne de. **A Era Vargas (1930-1945)**. Porto Alegre: Editora PUC-RS, 2021, pp. 19-40.

WEFFORT, Francisco. **Classes populares e política** (contribuição ao estudo do populismo). São Paulo: Universidade de São Paulo (Tese de Doutorado em Sociologia), 1968.

WERNECK VIANA, Luiz Jorge. **A revolução passiva**: iberismo e americanismo no Brasil, 2ª edição. Rio de Janeiro: Revan, 1997.